

CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS DA AMÉRICA DO SUL

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Universidade Federal de Roraima (UFRR)
Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais (NAPRI)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO)
<http://works.bepress.com/eloi> / eloisenhoras@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva analisar o surgimento de uma onda relevante de conflitos socioambientais na América do Sul tomando como referência a reconstrução dos principais fatos que se desdobraram em distintos países da região.

É feita uma reflexão uma geopolítica dos recursos naturais que se consubstancia por atores endógenos e exógenos às América do Sul por meio de redes conectivas que promovem integração e fragmentação sócio-territorial.

Com estas considerações o estudo procura mostrar que formação territorial sul-americana é um processo relacional de construção, destruição e reconstrução material e simbólica que revela uma dinâmica histórica permeada pela polarização de campos de poder.

Palavras chave: *América do Sul, conflitos socio-ambientais, recursos naturais.*

Introdução

O clássico sistema geopolítico de relações internacionais, fundado nos preceitos de soberania interna e externa da Paz de Westphalia (1648), torna-se crescentemente aberto por porosidades transescalares de outras temáticas que vão além da guerra. Por isso, compreender a problemática do poder no espaço internacional requer compreender que existe uma ecopolítica construída por uma pluralidade de atores estatais e para-estatais de âmbito transnacional.

As redes de atores têm sido cada vez mais reconhecidas e crescentemente participam dos mais importantes processos decisórios de exploração dos recursos naturais, uma vez que elas suscitam mudanças na dinâmica socio-territorial na América do Sul.

Palco fragmentado por visões conflitantes e opostas, cuja síntese é apreendida em um espectro entre a polarização da perspectiva desenvolvimentista e a perspectiva ambientalista composta por conservacionistas e preservacionistas, a América do Sul é recortada por uma rede de atores que se estabelecem nos fóruns de debate ecológico.

Os atores passam a se relacionar por meio de redes institucionalizadas em função do potencial de geração de uma série de externalidades positivas causadas pelo adensamento social, uma vez que a ação reticular integrada e interdependente dos atores cria brechas dinâmicas de escala e escopo para o surgimento de inovações sociais e econômicas e para a diminuição de custos em razão da complementaridade de competências e de especialização.

No plano da diplomacia clássica, os Estados Nacionais participam de uma ecológica de exploração de recursos naturais por meio de obras infra-estruturais de caráter transregionais que se assentam em uma lógica de exploração das vantagens comparativas naturais na América do Sul ou por meio de processos de nacionalização dos recursos naturais e reestatização de empresas estratégicas.

Neste contexto, a expansão territorial por meio de obras infra-estruturais e a apropriação dos recursos naturais são pivôs de um padrão de crescimento baseado na exportação de matérias primas, embora as estratégias implementadas pelos países sul-americanos ou pelos acordos regionais transnacionais nem sempre sejam as mais adequadas socialmente e ambientalmente nas comunidades onde se localizam.

No plano da nova diplomacia, as empresas multinacionais e as organizações internacionais governamentais e não-governamentais apresentam uma série de características reticulares que os tornam nos mais representativos *atores transnacionais* nos debates internacionais sobre a exploração dos recursos naturais, uma vez que eles têm capacidade de expansão e flexibilidade institucional ao atuarem sem bases territoriais fixas ou interagindo em redes com outros atores e com os próprios Estados nacionais, mostrando preocupação crescente em

influenciar os processos de tomadas de decisão internacional nos assuntos de sua competência (Villa,2004).

Em primeiro lugar, à medida que se observa a financeirização das *commodities*, facilmente se identifica que o setor privado, em especial as empresas multinacionais, tem aumentado sua organização autônoma enquanto um grande ator de peso na exploração dos recursos naturais, na construção de obras de infraestrutura transregionais ou ainda aumentado sua representação junto a governos e organizações internacionais.

Conforme Leprestre (2000), existe uma tendência à ampliação da ação política das empresas multinacionais pois a indústria *lato sensu* tem sido muito ativa no financiamento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou no exercício de *lobby* junto às representações de vários governos, com vistas à regulamentação do modo de produção, haja vista que elas estão na base primária de poluição ou muitas vezes vêem oportunidade de crescimento e lucros em cima da temática ambiental.

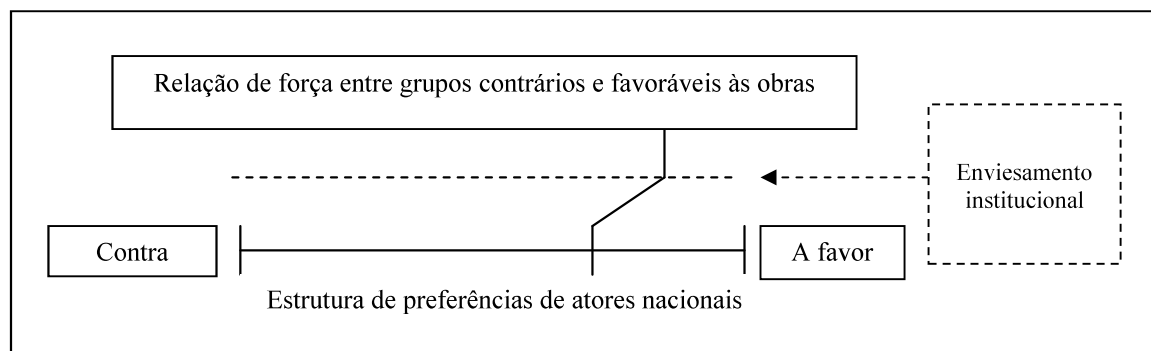
Em segundo lugar, as *Organizações Internacionais Supra-Governamentais* têm desempenhado um papel central junto aos Estados Nacionais Sul-Americanos enquanto matrizes de catálise de uma série de negociações internacionais ou enquanto fornecedoras de serviços de assistência técnica e financeira ligadas à formação de redes infra-estruturais para exploração de recursos naturais, em especial os *bancos de desenvolvimento* como a CAF, FONPLATA e BID, que influenciam mais diretamente sobre a formulação das políticas nacionais e sobre a própria regionalização transnacional da IIRSA.

Conforme Senhoras (2008), os empreendimentos ligados a grandes projetos de exploração de recursos naturais são normalmente justificados por uma série de discursos funcionalistas dos governos nacionais e das organizações internacionais supra-governamentais que relativizam os impactos ambientais das obras geradas ou dos seus efeitos deletérios em detrimento dos possíveis efeitos teóricos de transbordamento do desenvolvimento regional trazidos pela modernização.

Normalmente, para estes projetos nacionais ou transregionais, quando são financiados por organizações internacionais supra-governamentais ou mesmo por fundos públicos, existe uma *intervenção seletiva* no processo de formulação e execução do planejamento que fica restrito a uma tecnoburocracia favorável às obras e que tende a ampliar a distância entre as decisões técnicas e as preferências

das sociedades civis de cada país, repercutindo no fechamento do canal político para a participação democrática da sociedade civil.

Quadro 1 - Esquema de forças de pressão nas grandes obras relacionadas à exploração de recursos naturais na América do Sul



Fonte: Elaboração própria. Adaptações baseadas em Lima (2006).

Como o acesso de atores da sociedade civil às decisões das grandes obras estratégicas para o fluxo e a exploração de recursos naturais nos países e na América do Sul passa por um natural canal assimétrico e seletivo, normalmente observa-se que as demandas próximas à tecnoburocracia têm maior poder de influência na agenda da construção devido a discrepância de seus poderes nas negociações em relação aos atores contrários.

Em terceiro lugar, observa-se que a transnacionalização de Organizações Não-Governamentais (ONGs) tornou-se um fenômeno que se difundiu na América do Sul por meio da formação de grandes redes ambientalistas e na difusão de papel qualitativo de cunho coletivo junto a vários governos e negociações multilaterais.

Atuando como *comunidades epistêmicas*¹ sobre meio ambiente, as ONGs têm características reticulares de operabilidade transescalar que se estruturam estrategicamente por meio de ações lobistas com base cognitiva e política nos níveis local, nacional e internacional para influenciar Estados ou Organizações internacionais na negociação de tratados e na formação de regimes internacionais.

¹ Segundo Haas (1992), uma comunidade epistêmica se caracteriza como uma rede de profissionais especialistas em uma determinada área do saber que compartilham um conjunto de princípios e convicções normativas, de explicações acerca da validade dos fenômenos que trata e das causalidades entre eles, de noções acerca da validade e de uma vontade de empreender um determinado processo de elaboração de políticas. O conhecimento compartilhado é uma propriedade central das redes que estruturam as comunidades epistêmicas, pois ele é a variável de intermediação ou convergências de especialistas científicos ou outros provedores de aconselhamento técnico nos processos de elaboração de políticas.

Segundo o movimento ambientalista, a percepção temporal dos recursos naturais na regionalização transnacional da infra-estrutura tem sido empobrecida pela lógica imediatista de crescimento econômico engendrada pelos agentes de mercado e pelos Estados Nacionais à custa da degradação ambiental.

Como estes diferentes atores apresentam diferentes escalas de ação e concepções cognitivas, ideológicas sobre a exploração dos recursos naturais na América do Sul, eles acabam muito freqüentemente gerando tensões ou dificuldades de coordenação de valores ambientais, demonstrando assim porque não existe linearidade na frágil dinâmica geopolítica socioambiental.

Conflitos socio-ambientais na América do Sul

Frente aos impactos socioambientais negativos trazidos por um padrão de apropriação privada de territórios, regulado sob a tutela dos Estados e dos quadros institucionais de regionalização transnacional, que se assenta em um processo contraditório de exploração dos recursos naturais para fins de exportação, um crescente número de movimentos politizados de resistência e de pressão se estruturou em diferentes países na América do Sul.

Reflexivo a estes movimentos sociais, observa-se que as políticas de reapropriação dos recursos naturais protagonizadas por países como a Venezuela, Bolívia e o Equador emergiram para combater os efeitos negativos de políticas neoliberais e dos processos de desindustrialização que assolaram muitos países, colocando a exportação dos recursos naturais como a principal fonte de divisas (Porto-Gonçalves, 2007).

Essas lutas se expressam por movimentos ambientalistas, antiglobalização, antiimperialistas ou ainda movimentos bolivarianos, indigenistas e de sem-terras espalhados em vários pontos da região transnacional da América do Sul, embora concentrados nas localidades mais vulneráveis e degradadas.

No caso região amazônica, o caráter internacionalizado em que acontece o modelo de apropriação dos recursos naturais deu ensejo ao longo do tempo a um padrão de resistência, de início, protagonizada, localmente por seringueiros e, posteriormente, adensado por movimentos ambientalistas transescalares.

Segundo Vieira *et al.* (2005), a ocupação e exploração dos territórios da Amazônia engendradas por meio de surtos de expansão das economias de fronteira

levaram à formação de rugosidades espaciais de onde podem ser extraídas periodizações de apropriação dos territórios e de conflitos segundo as categorias de *terras públicas e terras privadas*².

Porém, a área com maior crescimento de conflitos socioambientais na América do Sul tem sido a região andina, onde os conflitos por recursos naturais, particularmente ao redor dos hidrocarburetos assumem crescente relevância nas políticas nacionais (Seoane, 2005).

Na Bolívia, os contenciosos ligados a recursos naturais conhecidos como *guerra da água* e *guerra do gás* são episódios que rearticularam discursos em torno da geopolítica e do papel do Estado por parte dos movimentos sociais, quando se articularam ao redor de diferentes coalizões de forças protagonizadas por camponeses, indígenas, ambientalistas, pela igreja e por amplos setores populares e em diferentes escalas de ação desde o nível local até o nacional, com a finalidade de colocar no centro do palco político a propriedade e a distribuição dos benefícios da exploração.

No caso do Equador, as luta contra a contaminação, os abusos e a apropriação assimétrica de benefícios advindos da exploração petrolífera por grandes empresas multinacionais geraram uma série de conflitos engendrados pelos movimentos sociais das províncias amazônicas de Sucumbíos e Orellana. Neste contexto, a própria eleição de Rafael Correa para presidente reabriu o debate sobre o papel do Estado na reapropriação dos recursos naturais, tomando como referência as políticas implementadas na Venezuela e Colômbia (Porto-Gonçalves, 2007).

No Peru, a destacada mobilização de ativistas indígenas e dos movimentos campesinos conhecidos como “cocaleros” gerou no ano de 2005 uma série de greves e protestos que pararam o país contra as políticas de erradicação dos cultivos de coca e contra a assinatura do tratado de livre comércio com os Estados Unidos (Seoane, 2005).

No caso da Venezuela, o processo em curso de privatização da empresa Petróleos de Venezuela (PDVSA) foi abortado com a vitória de Hugo Chávez na

² Na primeira categoria, os territórios públicos da região amazônica são compostos principalmente por *novas zonas de fronteira* que se dividem em *áreas com destino definido* onde estão unidades de conservação, terras indígenas e projetos de desenvolvimento sustentável que são gerenciadas pelos órgãos públicos e em *áreas sem destino* definido onde se encontram as terras não ocupadas, as terras ocupadas e ainda cobertas por florestas e as terras ocupadas e já alteradas. Na segunda categoria, os territórios que são adquiridos legalmente por meio de registros em cartórios estão concentradas em *antigas zonas de fronteira* e possuem um elevado passivo ambiental e uma série de conflitos socio-ambientais oriundos da exploração florestal ou mineral.

eleição para presidência da República. Desde que tomou posse em 1999, o presidente não somente iniciou um movimento de reapropriação do petróleo, mas também nacionalizou uma série de ativos “estratégicos para o país” de empresas estrangeiras.

Na região do Cone Sul, segundo Verdum (2008), os conflitos socioambientais tem sido de menor intensidade, embora também revelem um grau acentuado de politização, tal como nos países andinos, haja vista que os países-membros do MERCOSUL cresceram a um ritmo mais acelerado nos últimos anos em função do modelo de desenvolvimento exógeno via exportação de *commodities* dos complexos de mineração e agronegócios, porém ao custo de relevantes impactos colaterais sobre o meio ambiente.

No caso da Argentina e do Chile, houve um incremento da conflitividade socioambiental ligados a projetos de mineração que foram dinamizados em função do crescimento da economia mundial e da reforma dos marcos jurídicos do setor na década de 1990. Os movimentos sociais têm buscado se mobilizar em redes de comunidades afetadas pela mineração para discutir uma agenda política nacional sobre o setor e seus impactos ambientais sociais e econômicos (Walter, 2008).

No Brasil, os principais movimentos sociais relacionados aos recursos naturais são articulados pelos trabalhadores rurais do Movimento dos Sem-Terra (MST), que fazem protestos e ocupações de terras em diversos Estados da federação, denunciando o descompasso do programa de Reforma Agrária e das políticas que beneficiam o agronegócio, principalmente voltado à exportação, em contraposição ao descaso com a pequena média produção agrícola que garante a segurança alimentar doméstica, bem como pressionando o governo federal por investimentos públicos em novos assentamentos do governo federal e na criação de linhas de crédito para assentados.

Outro movimento social articulado a uma temática dos recursos naturais fluviais e a uma problemática segurança energética nacional é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que se estruturou em distintas áreas no Brasil no final da década de 1980 e ainda hoje se mantém como um ativo grupo de pressão e de resposta popular aos deslocamentos provocados pelas conjunturas de acelerada construção de represas, uma vez que a busca da integração elétrica nacional acabou criando fragmentações sócio-espaciais em diversas localidades (Zen, 2007).

No Paraguai existe uma recorrência de conflitos sociais envolvendo os imigrantes brasileiros e os camponeses paraguaios que lutam por reforma agrária e que repercute nas relações entre os dois países. A tensão na fronteira Brasil-Paraguai adquire complexidade em função da polarização de imagens construídas de que os *camponeses pobres* são explorados segundo um padrão de acumulação por espoliação pelos *ricos brasiguaios* plantadores de soja (Albuquerque, 2009).

Estes contenciosos ligados aos recursos naturais são exemplos de um universo maior de análise em que diversas localidades dos países da América do Sul estão inseridas em alguma medida, haja vista que possuem similares características políticas e econômicas de vulnerabilidade socioambiental.

Uma variável a se destacar é que as tensões e conflitos socioambientais ganharam visibilidade na América do Sul em função da disseminação generalizada de contenciosos em vários países determinados por lutas sociais e políticas pela reapropriação de territórios e de recursos naturais.

O padrão de avanço da economia de fronteira para a exploração de recursos naturais com frequência choca-se com a disposição de muitos atores locais que buscam dar outros sentidos aos territórios, determinando assim fraturas socioambientais que se disseminam na regionalização transnacional por meio de crescentes conflitos sociais.

Nesse contexto, além dos problemas sócio-culturais e ambientais existentes nos territórios da Amazônia, do Chaco-Pantanal e do Pacífico-Andino sul-americano, a subordinação do espaço ao papel de meio de extração de recursos naturais e de corredor de fluxos, sem vinculação direta com a apropriação da riqueza produzida na América do Sul ou consumida no exterior, gera um destacado problema de articulação do território à dinâmica do capitalismo territorialista sul-americano.

Últimas considerações

Os vínculos contemporâneos entre os atores e os espaços com a problemática de exploração dos recursos naturais na América do Sul ilustram os sintomas do processo de adensamento ou de complexificação histórica das relações geopolíticas intra e inter-estatais, haja vista que existe uma multiescalaridade envolvida por vetores geoeconômicos de integração e fragmentação.

Em um primeiro plano, observa-se que os fluxos de investimento estatal e

privado na América do Sul nos últimos anos se concentraram em setores intensivos em recursos naturais, principalmente em minérios, energia e agronegócio, demonstrando uma lógica de acumulação que se baseia pelo modelo de crescimento econômico exógeno caracterizado pela exportação de *commodities* e produtos de baixo conteúdo tecnológico (Felix, 2007).

Em um segundo plano, a politização de movimentos resistência em diferentes países da região que se expressa por um aumento crescente de conflitos sociais de natureza complexa e com distintas demandas, tende a deflagrar os efeitos de tensionamento e fragmentação socio-ambiental diante dos projetos de integração econômica pautados no padrão de acumulação espoliativo do capitalismo-territorialista.

A fragmentação socio-ambiental que tensiona várias comunidades locais em função de atividades consideradas estratégias pelas políticas nacionais e de regionalização transnacional na América do Sul comparte similaridades com a tese do “ecologismo dos pobres”, segundo a qual, a qual a mobilização nasce de diversos conflitos socioambientais que são decorrentes por um tipo de crescimento econômico assentado na extração de recursos naturais e no aumento dos riscos de contaminação e depredação dos territórios (Guha e Alier, 1997).

Este campo relacional de poder revela que a acumulação pautada por um padrão de capitalismo territorialista engendra uma geopolítica espoliativa dos territórios que tem como dinamizador a exploração dos recursos naturais e como repercussão processos de integração dos fluxos comerciais e fragmentação do tecido socioambiental.

Neste contraditório contexto que permeia todos os países sul-americanos e a próprio processo de regionalização transnacional, a preservação socioambiental dos lugares e o macro-planejamento territorial apresentam discursos diferenciados com conteúdos geopolíticos conflitantes ao representarem diferentes interesses na apropriação do meio ambiente, assimetria de poder entre os atores e distintas escalas de ação.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, J. L. C. “Os brasiguaios e os conflitos sociais e nacionais na fronteira Paraguai-Brasil”. **Análise de Conjuntura OPISA**, n. 02, fevereiro, 2009.
- FELIX, L. **Evolución y composición de los flujos de inversión extranjera en América del Sur bajo la óptica de las principales empresas inversionistas**. Brasília: PNUD/CEPAL/NAE, 2007.
- GUHA, R.; ALIER, J. M. **Varieties of environmentalism: Essays North and South**. London: Earthscan, 1997.
- HAAS, P. M. “Epistemic Communities and International Policy Coordination”. **International Organization**, n. 1, vol. 46, 1992.
- LIMA, M. R. S. “Instituições democráticas e política exterior”. **Contexto Internacional**, vol. 22, nº 2, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. “A luta pela reapropriação social dos recursos naturais na América Latina: O caso da Petrobrás no Equador”. **América Latina en Movimiento**, 02 de junho de 2007. Disponível em: <www.alainet.org>. Acesso em 03/05/2009.
- SENHORAS, E. M. **Regionalismo Transnacional e Integração Física: Um Estudo sobre a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 20008.
- SEOANE, J. “Movimientos sociales y recursos naturales en América Latina: Resistencias al neoliberalismo, configuración de alternativas”. **Observatorio Social de América Latina**, año VI, n. 17, 2005.
- VERTUM, R. “Introdução”. In: VAINER, C.; NUTI, M. **La integración energética sudamericana: contribuciones para una agenda socio-ambiental**. Brasília: INESC, 2008.
- VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; TOLEDO, P. M. “Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia”. **Estudos Avançados**, n. 19, vol. 54, 2005.
- WALTER, M. “Nuevos conflictos ambientales mineros en Argentina. El caso Esquel (2002-2003)”. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, vol. 8, 2008.
- ZEN, E. L. **Movimentos sociais e a questão de classe: um olhar sobre o movimento dos atingidos por barragens**. Dissertação de Mestrado. Brasília, UNB, 2007.